

As pesquisas na Universidade sobre a educação infantil em Minas Gerais (1983-2007)¹

LÍVIA MARIA FRAGA VIEIRA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG,
E-MAIL: LIVIAFRAGA@GLOBO.COM

Temos hoje, no Brasil, uma literatura relativamente abundante sobre Educação Infantil, cuja produção ainda está concentrada nos centros de pesquisa das regiões Sudeste e Sul do País (ROCHA *et al.*, 2001). Têm crescido os trabalhos sobre a história das instituições infantis e a sua difusão internacional, sobre as políticas públicas e diagnósticos mais gerais da situação do atendimento e a sua qualidade, sobre a identidade e a formação de professores e outros profissionais na área, como também sobre a pedagogia – tempos, espaços, rotinas, currículos – nas creches e pré-escolas.

Por meio dos programas de pós-graduação universitários, Minas Gerais participa dessa produção. No entanto, não existem estudos mais globais sobre educação da criança pequena, e os resultados das pesquisas, das dissertações e das teses carecem de sistematização.

Neste texto, buscamos trazer algumas contribuições para a construção de um estado do conhecimento na área, com base nas monografias, nas dissertações, nas teses e nos relatórios de pesquisa que tomam como objeto o contexto de Minas Gerais,

¹ Para este trabalho, exploramos todas as dissertações e teses sobre o tema “educação”, encontradas no “Banco de Teses” da Capes, que nos informou sobre títulos e resumos, de acordo com autor e instituição de ensino superior, datados do início da década de 1980 até 2003. Efetuamos, também, pesquisa nas bibliotecas das Faculdades de Educação e na de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, buscando teses/dissertações e relatórios de pesquisas, bem como monografias. Com base nesse trabalho inicial, pudemos escolher aquelas pesquisas que tratavam da Educação Infantil em Minas Gerais, em cidades específicas e instituições educativas. Não tivemos a intenção de realizar um trabalho exaustivo, por isso não pesquisamos periódicos e livros ou outras publicações e suportes (CDs, vídeos, etc.).

municípios e instituições infantis específicas, realizadas no período de 1983 a 2007 e que totalizaram 47 referências.

A produção de conhecimentos sobre a história, as políticas e as práticas institucionais e pedagógicas de Educação Infantil em Minas Gerais é particularmente visível a partir de meados da década de 1980. Coincide com a expansão das creches e pré-escolas ocorrida em todo o País e também com a emergência dos movimentos sociais de luta por creches no processo de redemocratização. A reestruturação da pós-graduação na Faculdade de Educação da UFMG, naquele momento, contribuiu também para incentivar a pesquisa do tema, considerado como novidade e interessante pelas novas tendências de formação de pesquisadores, que valorizavam as experiências práticas dos movimentos sociais emergentes.

As dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas na UFMG, notadamente no curso de pós-graduação da FAE, nos últimos anos, enfatizaram o conhecimento do Movimento de Luta Pró-Creches (MLPC), da realidade das creches comunitárias e da atuação dos poderes públicos, suas políticas, ações e programas voltados, sobretudo, para a manutenção compartilhada das creches comunitárias no município de Belo Horizonte. No entanto, pouca atenção tem sido dada à história e às políticas de implantação do atendimento público direto na educação pré-escolar nos municípios e no Estado, o qual até recentemente se concentrou na criação dos jardins de infância e classes infantis anexas às escolas de Ensino Fundamental para crianças entre 4 e 6 anos. Poucas referências foram verificadas igualmente em relação às instituições de Educação Infantil particulares.

Existem ainda outras universidades, em Minas Gerais, que nos seus programas de pós-graduação em educação abrigaram o tema da educação da criança pequena, tais como: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

(PUC Minas) e, no ensino superior, também a Escola de Governo de Minas Gerais.² Poucas teses e dissertações sobre a realidade mineira na área foram produzidas em programas de pós-graduação fora do Estado.

Outras agências sociais, como a Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Englert (AMEPPE), ONG voltada para o apoio e assessoria à educação das crianças até 6 anos em creches e aos programas de proteção às crianças e adolescentes, também se ocuparam de alguns estudos e pesquisas concentrando-se sobre a história e o perfil do MLPC, bem sobre as condições de funcionamento das creches comunitárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao longo da década de 1990. Remarque-se que muitos trabalhos posteriormente produzidos no âmbito da pós-graduação em educação da UFMG foram realizados por pessoas que compuseram os quadros dessa ONG.

O QUADRO 1, a seguir, sintetiza as principais temáticas encontradas nesse levantamento, onde também visualizamos a quantidade dos trabalhos em cada uma delas.

² Lembramos que Minas Gerais é o Estado que possui a maior quantidade de universidades federais do País (sete).

QUADRO 1

Principais temas de pesquisa sobre Educação Infantil em Minas Gerais, nas dissertações, teses e relatórios de pesquisa/documentos institucionais – 1983-2007

Temáticas	Quantidade			
	Monografias	Dissertações	Teses	Relatórios de pesquisa
Movimentos sociais de luta por creches e os processos de institucionalização das creches comunitárias: ênfase na participação das mulheres das classes populares, cidadania das mulheres		6	1	3
Políticas públicas dos municípios e ação do Estado de Minas Gerais: ênfase na política municipal de Belo Horizonte ³		2	2	3
Profissionais de Educação Infantil – gênero, identidade e profissionalização: ênfase na constituição de identidades e profissionalização dos “profissionais das creches comunitárias” em Belo Horizonte		3	1	
Práticas e concepções pedagógicas na Educação Infantil: aprendizagens, disciplina, crianças/sujeito, onde se observa a emergência do ponto de vista das crianças, ou das crianças como sujeitos, na faixa de 5 e 6 anos		4	3	
O Brincar: o brincar nas instituições de Educação Infantil, destacando-se as relações entre o corpo, a cultura, as experiências lúdicas e a proposição pedagógica	2	3	1	
Gênero e etnia na Educação Infantil		3		
História das instituições e das políticas de Educação Infantil	3	1		3
Educação Especial		1		
Demanda por Educação Infantil				2

³ Encontramos somente um trabalho publicado sobre a política da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais: o de VIEIRA, 2002.

Uma dissertação de mestrado sobre cuidados alternativos à creche na primeira infância é neste texto considerada, mas não integra o Quadro, por tratar-se de tema correlato que não pode ser considerado Educação Infantil *stricto sensu*.

Chama a atenção, em primeiro lugar, os trabalhos sobre o *MLPC* e sobre as *creches comunitárias*, enfocando o fenômeno social na cidade de Belo Horizonte.⁴

As numerosas referências encontradas mostram a relevância da atuação dos movimentos comunitários no atendimento da demanda à Educação Infantil no município da capital e a sua valorização como objeto para a produção técnica e intelectual/acadêmica na área. Observa-se ênfase na perspectiva de gênero, na participação das mulheres nas práticas sociais coletivas, inventando novos movimentos sociais e novas identidades, em busca de reconhecimento.

Em relação ao *MLPC*, destacamos as dissertações de Filgueiras (1986), de Dias (1995) e de Veiga (2001).⁵ Filgueiras (1986) tratou da presença e da participação das mulheres em experiências de organização de trabalhadores em seus locais de moradia na periferia dos grandes centros urbanos. Destaca o caso do bairro Industrial, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 1979 a 1985. Por meio do registro etnográfico e entrevistas de histórias de vida, estudou a mobilização das mulheres, enfatizando a organização da creche comunitária do bairro. Buscava, assim, compreender a dimensão educativa dos movimentos sociais, estudando a participação das mulheres nas práticas associativas de trabalhadores da periferia urbana.

Para a autora, participando dos grupos e das reivindicações no bairro e região, as mulheres deram contribuição fundamental à dinâmica das lutas dos moradores do bairro Industrial para melhoria de suas condições de vida:

⁴ Cf. VIEIRA, 1983; ANDRADE; LEONEL; SILVA, 1983; FILGUEIRAS, 1986; DIAS; FARIA FILHO, 1990; FILGUEIRAS, 1992; FARIA FILHO; DIAS, 1993; DIAS, 1995; COSTA, 1995; VEIGA, 2001.

⁵ A dissertação de Márcia Veiga foi publicada em livro em 2005, pela Editora Annablume, com o título *Creches e políticas públicas*.

A princípio, aquelas que se engajaram nas atividades locais eram também participantes da igreja, representantes e dirigentes do apostolado da oração, dos círculos bíblicos e das conferências vicentinas. Aos poucos foi havendo diversificação. Se por um lado essas mulheres continuaram vinculadas ao trabalho religioso, por outro lado foram recebendo outras influências, tornando-se conhecidas por sua atuação e logo também se tornaram referência para grupos que atuavam na região industrial junto ao movimento popular e passaram a ser solicitadas para uma série de atividades.

Enquanto participavam das lutas reivindicativas de melhoria, as moradoras iniciaram a formação do clube de mães e da creche comunitária, participaram de encontro de mulheres na cidade, foram assediadas por grupos feministas, promoveram discussões e encontros no próprio bairro sobre o dia da mulher, foram convocadas, enquanto mães e mulheres, a participar de denúncias e campanhas.

Todo esse conjunto de atividades deve ser compreendido como parte do processo de organização dos trabalhadores da região industrial, inserido entre as formas possíveis e 'soluções' encontradas para fazer avançar sua mobilização e transformar sua realidade vivida. (FILGUEIRAS, 1986, p. 281)⁶

⁶ A mesma autora aprofundou os estudos sobre o tema – mulheres, pobreza, movimentos sociais e políticas sociais no Brasil/ Minas Gerais/Belo Horizonte –, o que constituiu objeto de sua tese de doutorado, citada na nota 4. Uma parte dessa tese foi publicada na forma de artigo no periódico *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 88, p. 18-29, fev. 1994.

Os novos movimentos sociais surgidos no final da década de 1970, no País, contribuíram para o estabelecimento de novas formas de sociabilidade na sociedade brasileira e para a emergência de uma nova cidadania, ou seja, a constituição de sujeitos ativos que definem direitos e lutam pelo seu reconhecimento. Assim considerando, Dias (1995) analisou o processo de construção da identidade social de três mulheres, coordenadoras do MLPC, aportando-nos a trajetória desse novo movimento social, que expressaria a emergência de novas concepções a respeito do atendimento da criança até 6 anos de idade em creches e pré-escolas, influenciando as políticas públicas e a legislação concernente.

Dias (1995) considera que uma das características marcantes desse movimento é o fato de não apenas lutar pela implantação do serviço (a creche), mas também de mantê-lo e geri-lo, por meio do trabalho feminino, buscando cobrir os espaços deixados sem

investimento pelo Estado, a fim de possibilitar o acesso das crianças pobres às creches e pré-escolas:

uma outra característica importante é a presença majoritária das mulheres dos bairros periféricos como as principais atrizes e porta-vozes da reivindicação por creche. Elas estão no cotidiano das creches, diretamente envolvidas no cuidado e na educação das crianças pequenas, e também na direção política do Movimento (p. 6).

Veiga (2001) toma como objeto de estudo a constituição e a atuação do MLPC e sua relação com a política municipal de Belo Horizonte para a criação e manutenção de creches. Aprofunda a pesquisa sobre os diversos agentes que apoiaram as organizações populares e as iniciativas de luta/criação de creches comunitárias nessa cidade. Retoma algumas conclusões do trabalho de Filgueiras (1994, p. 27), lembrando que

a história do MLPC articula-se com a história de outros grupos e lutas populares, e nesse cruzamento é possível compreender a sua riqueza. Diversos agentes de apoio às organizações populares influenciaram suas orientações, dos discursos de seus dirigentes às práticas de seus participantes. Entretanto, na maior parte dos casos, esses agentes permanecem pouco conhecidos.

Apontando esses atores, Veiga ressalta algumas “matrizes discursivas” produzidas pelas “agências sociais” envolvidas com o MLPC de Belo Horizonte:

– **Matrizes discursivas feministas presentes nos documentos do MLPC:** constata-se que, a despeito das divergências políticas existentes entre os grupos feministas na época, a creche foi uma espécie de bandeira unificadora das tendências: “reivindicar creche é naquele momento uma palavra de ordem consensual” (ROSEMBERG, 1984), “fazia parte da proposta feminista de socialização dos serviços domésticos e de guarda das crianças e respondia às necessidades concretas vividas pelas mulheres moradoras dos bairros populares.” (CAMPOS, 1990)

– Igreja Católica:

- **Comunidade Eclesial de Base:** reorientação teológica, aproximação das associações e lutas populares organizando as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A nova postura adotada pela Igreja, a “Teologia da Libertação”, implicava uma passagem da estratégia da caridade para a de libertação, que começava por ver nos pobres uma experiência de encontro com Deus e a possibilidade de serem sujeitos conscientes de sua própria libertação.
- **Jesuítas: a Fundação Fé e Alegria do Brasil:** obra educativa e social dos jesuítas, com propósitos evangelizadores, filiada à Companhia de Jesus, de origem venezuelana [1955], presente em treze países da América Latina e em oito Estados brasileiros. É uma instituição internacional de educação popular, criada no Brasil em 1979 para atender à população pobre e excluída, priorizando a educação não-formal, afirmando princípios de exercício de cidadania, numa “sociedade justa, sem relações de dominação, dependência e exploração [...]” (FREIRE, 1999, p. 78) O seu Escritório Regional em Belo Horizonte foi constituído em 1981, com o objetivo de apoiar as iniciativas comunitárias de implantação e estruturação das creches na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vinculada à Fundação Fé e Alegria, foi criada a Associação Movimento de Educação Popular Paulo Englert (Ameppe), para facilitar e agilizar projetos de sustentação financeiras das ações educativas do Escritório em Minas Gerais.

– **Organizações não-governamentais (ONGs)**⁷: essas organizações não-governamentais, categoria que abarca um grupo de entidades com perfis diversos – *advocacy*, assessoria técnica e pedagógica, financiamento, prestação de serviços sociais diretos à população etc., contribuíram na organização e sustentação do MLPC, como entidade de interlocução das creches comunitárias com as políticas governamentais.

⁷ Destaca-se o trabalho de assessoria da Associação de Apoio às Creches Casa da Vovó (AACV) e da já citada Ameppe. Esta última se diferencia pela produção e difusão de conhecimentos, com algum investimento em pesquisa e, sobretudo, em produção de material educativo – impresso e audiovisual.

– **O Jornal dos Bairros**⁸: experiência coletiva de comunicação popular desenvolvida de setembro de 1976 a fevereiro de 1983 por um grupo de jornalistas que tinha como proposta trabalhar para que o povo de uma região, mais especificamente a região industrial de Belo Horizonte, tivesse acesso a um órgão de imprensa onde pudesse falar e tornar seu problema conhecido.

– **Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de Minas Gerais (Senalba)**.⁹

Evidenciou-se, assim, a pluralidade de atores envolvidos no surgimento e na manutenção das creches comunitárias.

Ainda nesta temática, alguns estudos buscaram pesquisar mais especificamente o processo de *institucionalização, organização e funcionamento das creches comunitárias*.¹⁰ Vieira e Melo (1984)¹¹ visavam conhecer como os programas públicos da época eram vivenciados no cotidiano de uma creche comunitária de um bairro da periferia da capital. Isso foi realizado por meio de uma pesquisa-ação, com duração de um ano. Foi escrito um “diário cotidiano da creche”, pelas então nomeadas crecheiras, que mostrava os vários problemas advindos da relação com o Estado, por meio de seus órgãos específicos, e vividos num cotidiano pleno de improvisações organizado para alimentar e manter limpas as crianças; o seu funcionamento dependia, sobretudo, dos recursos da comunidade (trabalho voluntário das mulheres e contribuições das famílias), ocorrendo sem um projeto pedagógico explicitado e sistematizado.

Biccias (1995), relevando o papel da constituição da escrita, descreve e analisa a trajetória da Creche-Centro Infantil Dona Benta (CCIDB), também de Belo Horizonte, antes e depois do processo de registro oficial da instituição, em 1981, o que demandou competências específicas por parte do grupo fundador.

⁸ Foi uma experiência pioneira em Belo Horizonte, tendo servido de veículo de articulação popular na luta pela conquista de melhores condições de vida e de resistência à ditadura militar. Foi importante apoiador das iniciativas comunitárias e da luta por creches, especificamente.

⁹ De acordo com Veiga (2001), mesmo tendo ingressado tardiamente e atuado de maneira tímida com as creches comunitárias, contribuiu para a emergência do tema hoje cada vez mais presente nas discussões do MLPC: quem é o representante sindical dos/as trabalhadores/as das creches comunitárias e filantrópicas? Na verdade, desde 1985 que o Senalba vem representando a “categoria” dos trabalhadores e trabalhadoras de creches comunitárias e filantrópicas, com exceção dos/as professores/as habilitados/as, que se vinculam ao Sindicato de Professores (Sinpro) das instituições particulares de ensino. O Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SindUTE) representa o setor público. A sigla Senalba tem a ver com a história do sindicato, que inicialmente vinculava trabalhadores do SESI (“SE”), do Senai (“NA”) e da LBA (“LBA”) – Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Formação Profissional da Indústria, Legião Brasileira da Assistência (1942-1995), respectivamente.

¹⁰ É o caso de VIEIRA; MELO, 1984, e de BICCAS, 1995.

¹¹ Uma síntese dessa pesquisa foi publicada em VIEIRA; MELO, 1986.

As educadoras das creches comunitárias também foram objeto de pesquisas. Inicialmente “crecheiras”, depois educadoras ou “profissionais de creche”, essas pesquisas abordaram a *trajetória da ocupação/profissão* e enfatizaram a *construção da identidade profissional*, nas experiências e vivências que fazem sobressair a ambígua relação de valor/desvalor das tarefas femininas de cuidado/educação de crianças pequenas.

Nas suas pesquisas, que resultaram em uma dissertação de mestrado e em uma tese de doutorado, Isabel Silva (1999; 2004) mostrou que o processo de profissionalização passa pela escolarização e formação das mulheres-educadoras e deve ser compreendido com a contribuição das categorias analíticas – gênero, sistema de ação, experiência social, identidade coletiva e reflexividade. Esse processo integra a ação e a interação entre diferentes segmentos – movimentos de bairro, pesquisadores, técnicos de ONGs, poderes públicos, na produção de imagens e sentidos sobre a criança e seus direitos, bem como os sujeitos e as instituições requisitadas para sua educação e socialização. Para Isabel Silva, o pertencimento social dessas educadoras, juntamente com as relações hierárquicas de gênero e raça/cor, deve ser levado em conta no estudo dos processos de construção de identidades no domínio da educação da criança pequena. Essas mulheres são produtos e produtoras de exigências sociais por direitos – direitos das crianças e direitos relativos à profissionalização como educadoras, o que remete ao direito à formação escolar, no contexto brasileiro (e local) de distribuição desigual de renda, de justiça, e de acesso a uma escola de qualidade para todos. Nas suas pesquisas, a autora considerou a experiência de formação vivida pelas educadoras pesquisadas em um curso de magistério de nível médio, oferecido pela Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, fazendo parte da política de formação de educadoras das creches comunitárias conveniadas.

As educadoras do interior de Minas Gerais foram foco, também, de estudos com a dissertação de mestrado de Gebara (2004), que tratou dos processos de inclusão social com base nas vivências das educadoras infantis de associações comunitárias rurais do Vale do Jequitinhonha/MG, região que apresenta os piores indicadores de pobreza do Estado.

Mais recentemente, Santos (2005) abordou o tema da formação das professoras de pré-escolas públicas e de creches comunitárias da capital, concluindo que o direito social à educação e à sua formação constitui elemento fundamental para uma educação de qualidade, que assegure equidade.

Outra linha de trabalhos refere-se à reflexão sobre as *políticas públicas*, buscando evidenciar os estrangulamentos e as dificuldades para a efetivação do “dever do Estado” no campo das políticas voltadas para a Educação Infantil, bem como traçar as principais características da ação governamental numa perspectiva histórica de longa duração. Assim, algumas dissertações e relatórios de pesquisa elegeram o estudo do processo de constituição de políticas públicas em Belo Horizonte e sua Região Metropolitana. Duas teses de doutorado sobre a temática destacam, de um lado, as políticas na cidade de Uberlândia e, de outro, a edificação das políticas de Educação Infantil no âmbito do governo do Estado de Minas Gerais, ao longo do século XX.¹²

Elegendo como fonte privilegiada a legislação educacional produzida pelo governo do Estado de Minas Gerais, Vieira (2006) tomou como objeto as políticas públicas de educação não obrigatória da criança até 6 anos, desenvolvidas pelos governos republicanos de Minas Gerais durante o século XX, ressaltando alguns elementos para compreender a dinâmica da oferta institucional de educação pré-escolar ou pré-primária.

Mostrou que a Educação Infantil, no âmbito dos sistemas de ensino, é um campo em construção ao longo do século XX, ocupando sempre um lugar secundário em relação ao ensino

¹² Cf. SILVA, 2002; FERREIRA, 2002; VIEIRA, 1998, 2006; SOUZA, 1995; DALBEN *et al.*, 2002.

primário ou fundamental. Verificou uma atenção exclusiva à pré-escola (jardins de infância) e às crianças entre 4 e 6 anos e a não-presença das crianças até 3 anos e da creche. Constatou, também, a ênfase no objetivo de preparar a criança para a escola primária, visando ao sucesso escolar, somada à afirmação da especificidade de uma pedagogia da educação da primeira infância. A presença persistente de pré-condições para a implantação das classes pré-escolares permitiu sugerir que a oferta ocorre sempre “sob reservas”, sendo geralmente realizada com o que “resta”, dependendo da existência de “espaços ociosos”, professores excedentes, listas de espera ou demanda comprovada. A insistente definição de critérios para as inscrições denota, de acordo com o estudo, tanto uma demanda social, como a presença de interesses corporativos (configurando uma demanda corporativa). Apesar do lugar secundário, a educação pré-escolar mobilizou a atenção e a ação de algumas autoridades educacionais e o seu desenvolvimento foi observado nas estatísticas da educação. Segundo a autora, a presença de demandas e interesses advindos do próprio sistema educativo e também fora dele ajuda a explicar a criação e a expansão da oferta de Educação Infantil: os interesses políticos e pedagógicos das diretoras das escolas primárias; o interesse das professoras em relação ao sucesso de seus alunos do primário; a demanda das professoras como mães; as mudanças sociodemográficas em relação à organização das famílias, do trabalho feminino e do lugar das crianças nas famílias; os movimentos sociais de luta por creches.

O relatório de pesquisa de Vieira e Melo (1983) recuperou alguns elementos históricos dos órgãos públicos que estavam engajados, na década de 1980, com uma política de criação e manutenção de creches e pré-escolas comunitárias ou municipais. Talvez essa seja uma das primeiras tentativas de compor um mapa do campo da Educação Infantil na Região Metropolitana de Belo Horizonte após o surgimento das creches comunitárias;

seja evidenciando os órgãos públicos envolvidos, as estratégias desenhadas – os programas implementados segundo os domínios ou setores – assistência social, educação e “atendimento ao menor”; seja traçando um perfil das creches e pré-escolas já existentes na época (1982-1983): aquelas consideradas comunitárias, as filantrópicas e as vinculadas às empresas ou criadas por iniciativa dos empregadores.

As creches comunitárias foram também fotografadas. Mostrou-se a multiplicidade de programas públicos e instituições envolvidas, até mesmo privadas, que atingiam quase sempre o mesmo público, agindo sem coordenação (apesar das tentativas de uma “integração interinstitucional”) em relação aos objetivos e aos meios, sustentadas com recursos financeiros insuficientes para assegurar qualidade às creches. A fragilidade dos registros estatísticos e a quase-ausência de avaliações dos programas permitiram supor a existência de uma política pouco planejada e pouco racional. Estava presente também a retórica em defesa de uma educação pré-escolar compensatória para os pobres, para resolver problemas diversos como a fome, o fracasso escolar, a delinqüência juvenil, compatível com os discursos e as proposições do governo federal na época, veiculados, sobretudo, pelo Ministério da Educação, junto com o Conselho Federal da área e pela antiga Legião Brasileira da Assistência.

Souza (1999) realizou uma análise das políticas de educação da criança até 6 anos na cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, durante a década de 1990 e constatou a existência de três sistemas de creches: as chamadas *assistenciais*, criadas na década de 1970 no âmbito da Secretaria de Trabalho e assistência Social, podendo ser municipais ou conveniadas, e as chamadas *educacionais*, criadas após 1988 e vinculadas à Educação, oferecendo qualidade diversa de atendimento. Apresentou sugestões para a elaboração de políticas coordenadas e asseguradoras de qualidade.

Também num período mais recente, a saber, de 1993 a 2000, Isa Silva (2002) buscou explicar a maneira como o Poder Público – a municipalidade de Belo Horizonte – se estruturou e elaborou o diagnóstico das lacunas e das necessidades educacionais e, finalmente, como produziu as respostas e definiu as prioridades de ação em relação às questões do campo. Tais respostas incorporaram o novo ordenamento jurídico para a área da Educação Infantil? Respondendo positivamente e mostrando também as ambigüidades aí presentes, essa foi uma das questões centrais da dissertação de mestrado da autora.

Ferreira (2002), na mesma perspectiva, refletiu sobre as definições constitucionais relativas à educação da criança pequena: Educação Infantil como direito, dever do Estado e opção da família. Ela analisou a provisão de serviços de cuidado-educação e a demanda das famílias da capital mineira, concluindo que a política municipal se caracterizava por um lento processo de definição e implementação, marcado por um grave perfil de exclusão e privatização da oferta, com conseqüências sobre a demanda. Analisando os resultados de outra pesquisa sobre a demanda (citada mais à frente), sugere que a não-demanda, no caso das classes economicamente vulneráveis, pode estar associada a certo “desalento” diante das dificuldades de acesso ou expressar uma “rejeição” adiante da baixa qualidade da oferta acessível.

Vieira (1998) e Dalben *et al.* (2002) também realizaram estudos sobre a história mais recente e sobre a situação da Educação Infantil na cidade de Belo Horizonte, relevando as políticas e os programas municipais da década de 1990. Além de outras questões, esses estudos trouxeram informações estatísticas sobre as creches e pré-escolas, organizadas em série histórica desde 1974, e mostraram a fragilidade da oferta pública municipal, situação que persistia e era incoerente com as novas atribuições federativas definidas

em 1988, agravada pela diminuição acelerada da oferta de pré-escola na rede pública de ensino estadual (crianças de 4 a 6 anos), na capital, durante a segunda metade década de 1990 e início de 2000. Além disso, Dalben *et al.* realizaram uma avaliação do novo modelo de conveniamento com as creches, adotado e experimentado pelo município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, no momento (a partir de 2001) em que a política de convênios, saindo da alçada da área da Assistência Social, passou a ser de responsabilidade do setor Educação.

Todas essas pesquisas universitárias sobre a realidade da capital mineira mostraram os limites e o esgotamento de uma ação pública voltada para implantação de creches/pré-escolas baseada unicamente numa política de convênios ou parcerias com as iniciativas comunitárias e filantrópicas. Uma demanda familiar cada vez mais “agressiva” e visível com a entrada de novos atores mediadores, como o Ministério Público e os conselhos tutelares, organismos criados a partir de 1988 para defender e tornar efetivos os direitos sociais e civis, somados às expectativas crescentes de grupos qualificados sobre a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na Prefeitura de Belo Horizonte, contribuíram para colocar na ordem do dia a necessidade de investimentos para a criação de serviços públicos de cuidado e educação de crianças até 6 anos.¹³

Na sua pesquisa, Dalben *et al.* (2002) destacaram os estudos e diagnósticos sobre a Educação Infantil realizados ou encomendados pela Prefeitura de Belo Horizonte, os quais trouxeram conclusões parecidas. Julgamos interessante, nesta sistematização, citar os títulos, o ano e o órgão/pessoa responsável pelo estudo.

¹³ A partir de 2004, a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou a construção, de acordo com projeto arquitetônico específico, de 30 Unidades Municipais de Educação Infantil – as UMEI –, inaugurando o atendimento público direto às crianças na faixa de idade até 3 anos, aumentando também sua oferta para crianças de 4 a 6 anos. Para isso, empreendeu-se também uma série de reformas nas escolas da rede municipal de ensino.

QUADRO 2
Estudos sobre situação da Educação Infantil,
realizados/encomendados pela Prefeitura de Belo Horizonte,
segundo data, título e responsável/autor – 1993 a 2000

Ano	Título/Assunto	Responsável pelo trabalho
1993	“Diagnóstico das creches conveniadas com a PBH”	SMDS – IRHJP
	“Educação Infantil em Belo Horizonte”	Léa Paixão – SMED
1994	Avaliação do Programa “Adote uma Creche”	SMED – IRHJP
	Levantamento preliminar sobre o perfil das professoras atuando na educação pré-escolar municipal/BH (sem relatório final)	SMED
1996		
1999	Estudo de custo das creches conveniadas	MLPC – SMDS
	<i>Pesquisa Demanda por atendimento educacional à população menor de oito anos de idade em Belo Horizonte</i>	SMPL – Cedeplar/UFMG
	Estudo de custo do atendimento à criança na rede municipal de Educação Infantil	SMED – Ipead/UFMG
	Estudo de custo do atendimento à criança na rede de creches e pré-escolas conveniadas	SMDS e consultores
2000	Mapeamento das instituições conveniadas e das crianças atendidas	SMED – SMDS – Prodabel
	“Educação infantil em Belo Horizonte”	Coordenação Integrada – SMED, SMDS, SMPL (documento de circulação interna)
	“Estatística educacional do município de Belo Horizonte e a Educação Infantil”	SMED
	“A política de Educação Infantil e a rede pública municipal”	SMED (documento de circulação interna)
	“Relatório sobre o cadastro dos professores de Educação Infantil das instituições conveniadas com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte” (incluindo atualização dos dados)	SMED
	“Instituições de Educação Infantil conveniadas com a PBH: levantamento de dados para o processo de transição”	SMED

A pesquisa sobre a *Demanda por cuidado e educação de crianças menores de oito anos...*, sublinhada no QUADRO 2, é uma das poucas de que se tem notícia no Brasil. Trata-se de estudo coordenado pelo Cedeplar/Face/UFMG, que investigou, em 1999, em amostra estratificada de 981 famílias, o ingresso e o não-ingresso a creches e pré-escolas, o tipo de estabelecimento, as estratégias da família quando a criança não está freqüentando a creche/pré-escola, o interesse, bem como a percepção da população em relação aos serviços para crianças pequenas. Entre os principais motivos da não-freqüência, apurou-se o fato de se considerar a criança muito nova (38,9%) e a falta de interesse e de necessidade (22,1%). Outros motivos apurados indicam, no entanto, problemas na oferta e na acessibilidade: dificuldades financeiras (18,9%), falta de vagas (9,8%), atendimento inadequado (1,8%), falta de creche/pré-escola perto de casa (5,1%). Esses últimos, que totalizam 35,6% das respostas, constituem fatores que impedem a freqüência em creches/pré-escolas. Tais resultados permitiram inferir que, na capital, uma parcela da população estimada em 51 mil crianças utilizaria os serviços se eles fossem oferecidos em outras condições.

Outro estudo recente – *Cuidado na primeira infância: a realidade encontrada em bolsões de pobreza de Belo Horizonte (2000)* –, realizado também em Belo Horizonte, pela UFMG, confirma as conclusões daquela pesquisa de demanda. Mães de 420 crianças, selecionadas em 30 regiões consideradas “bolsões de pobreza”, foram entrevistadas. Verificou-se que a maior parte das mães cujos filhos estavam sob cuidado de outro adulto (avó, irmão/ã, tio, vizinho e outro) preferiria que seus filhos estivessem em creches coletivas. Entre as vantagens, elas citaram os cuidados com as crianças, a aprendizagem escolar, a estimulação ao desenvolvimento, a segurança, os horários/rotinas, a higiene, o contato com outras crianças, a assistência médica, os recursos disponíveis, a infra-estrutura e o fato de poderem contar com pessoas preparadas para o cuidado.

Ainda nesta linha de investigação, situamos o trabalho de Machado (2000). Apoiando-se em abordagens interacionistas do desenvolvimento humano e aproveitando os resultados da pesquisa citada, a autora realizou uma avaliação do desenvolvimento (segundo a escala DENVER II, utilizada pelos pediatras) e o exame clínico de 19 crianças (segundo plano determinado), que integravam os 21 “arranjos de cuidado” selecionados como amostra para o estudo. A autora também realizou entrevistas com as mães e as pessoas que tomavam conta das crianças, igualmente observadas nessas situações “alternativas à creche”. Aproveitou-se que a maior parte dos arranjos se caracterizava por soluções familiares: o local era freqüentemente a própria casa da criança e a pessoa-cuidadora era a avó ou outro membro da família do sexo feminino. As situações encontradas foram, em geral, precárias e a maioria das crianças apresentava um desenvolvimento normal, mas com algumas deficiências em diferentes domínios investigados. É o único estudo encontrado que caracterizou essas situações de cuidado e indicou a importância de investimentos em programas públicos de apoio às famílias, focalizando especialmente as pessoas encarregadas do cuidado e também as crianças. Apontou, ainda, a necessidade de creches coletivas e de pré-escolas, possibilitando às famílias condições de escolha em relação à maneira de guardar e de educar seu filho pequeno.

Constatamos a existência de poucos estudos históricos sobre as origens da Educação Infantil em Minas Gerais, recobrando períodos anteriores à década de 1970.

Na verdade, a produção sobre a história da educação em Minas Gerais é relativamente recente e tem recebido relevantes contribuições de núcleos de pesquisa do Estado: na UFMG, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação (GEPHE), na UFU, na UFJF e na PUC Minas.

Peixoto (2002) informa que, embora o País já contasse com algumas instituições de pesquisa voltadas para o campo educacional antes da década de 1960, os estudos em História da Educação datam da década de 1970, quando a pesquisa passou integrar o cotidiano da Universidade com a implantação e a expansão dos cursos de pós-graduação. Muito contribuiu (e contribui) para a historiografia na área o Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), criado em 1985.

Dos idos de 1978 até hoje, a história da educação se tornou um campo de estudo e investigação em Minas. Faria Filho *et al.* (2005) realizou um balanço bibliográfico que incluiu o levantamento de perspectivas de pesquisas na área, tomando artigos de periódicos educacionais e também do campo da história de Minas Gerais, além de outros periódicos brasileiros bem avaliados pela Capes, anais de congressos locais, regionais, nacionais e internacionais, no período de 1985-2001. Esse levantamento somou 193 títulos, que foram classificados de acordo com os seguintes temas: instituições educacionais e/ ou científicas; Estado e políticas educacionais; profissão docente; gênero e etnia; fontes, categorias e métodos de pesquisa em História da Educação; práticas escolares e processos educativos; imprensa pedagógica e materiais escolares; pensamento educacional; pesquisa sobre ensino de história da educação. As três primeiras temáticas somaram 38% dos trabalhos e os outros 62% ficaram divididos entre as oito temáticas restantes. Em relação aos períodos mais estudados, observou-se o seguinte: o século XIX, o final do século XIX e os decênios de 1920 a 1950 reuniram 70% da produção. Constatou-se, também, a presença de poucos trabalhos que tomam períodos anteriores ao século XIX, e aqueles posteriores à década de 1950.

Esse balanço mostrou lacunas e perspectivas, concluindo-se que, entre todas as dimensões da história da educação mineira,

talvez seja a educação da infância aquela cujo passado menos conhecemos.¹⁴ Investigar a constituição histórica das formas de cuidar/educar a primeira infância em Minas Gerais, seja esta realizada em creches, pré-escolas ou jardins de infância, foi considerada uma maneira de contribuir para o entendimento do processo de escolarização no Estado:

¹⁴ Ainda segundo os mesmos autores, outros temas também mereceriam mais atenção dos pesquisadores, tais como a história da educação de jovens e adultos, a história da educação dos negros e dos índios, educação militar, educação rural ou do campo.

Poderemos melhor compreender as variadas razões pelas quais, ao longo dos últimos séculos, mais e mais famílias foram sendo convencidas, ou obrigadas, a 'levar' ou 'deixar' a cargo da esfera pública uma tarefa anteriormente assumida no mundo do privado. Não seria essa, justamente uma das importantes facetas da escolarização e de expansão da forma escolar de socialização? (p. 238-239).

Não podemos citar mais que seis trabalhos, que não são exaustivos¹⁵:

¹⁵ A tese de Vieira (2006), já referida, também pode ser considerada no campo da história das políticas de educação infantil em Minas Gerais.

- *A pré-escola em Belo Horizonte*: notas de pesquisa (1993), de Lívia M. F. Vieira, que trata da política do Estado na área desde a criação do primeiro jardim de infância público em 1908.
- *Educação infantil no município de Belo Horizonte*: histórico e situação atual (1998), da mesma autora, que traz alguns apontamentos históricos sobre a Educação Infantil no quadro da Prefeitura de Belo Horizonte, no qual é abordada a história de políticas municipais desde a década de 1940, período em que a Prefeitura começou a constituir sua própria rede de escolas públicas.¹⁶
- *Educar, instruir e civilizar*: contribuição à história da Educação Infantil em Minas Gerais (1995), de Luciano M. Faria Filho, que toma também a década de 1910 e destaca os relatórios dos inspetores e diretoras dos grupos escolares, que focalizam também os jardins de infância que existiam na época na capital mineira (Delfim Moreira e Bueno Brandão).
- *Memória e situação atual das escolas infantis da rede estadual de ensino em Belo Horizonte*: um estudo exploratório (1999),

¹⁶ Sobre este assunto cf. MIRANDA, 1998.

- de Ana Paula F. Pedroso, que mostrou o surgimento de alguns dos 20 jardins de infância localizados na capital pertencentes à rede de ensino do Estado de Minas Gerais, com base na demanda nos bairros e dos esforços da comunidade local, em prédios improvisados, nem sempre adequados, doados por famílias tradicionais (Estêvão Pinto, Euvaldo Lodi, por exemplo) ou instituições influentes como o Rotary Club.
- *Escola maternal de Belo Horizonte: construções/ desconstruções da Educação Infantil (1924/1926)*. (2005), de Aline A. M. Carvalho.
 - *A construção da educação infantil na capital mineira no início do século XX (1908-1914)* (2005), de Josiane M. Alvarenga, cujo objetivo foi conhecer os determinantes sociopolíticos da primeira escola infantil de Belo Horizonte, criada pelos republicanos no contexto da nova organização do ensino elementar de Minas Gerais (Reforma João Pinheiro de 1906).

Carvalho (2005) informa que uma escola maternal, para atender crianças de 3 a 6 anos, filhas de pais trabalhadores, foi criada pelo governo do Estado em 1925, em Belo Horizonte. Um prédio imponente foi construído, inteiramente mobiliado e instalado, com os professores designados, mas a escola não chegou a entrar em funcionamento. Buscar as razões desse fato foi o principal objetivo do estudo realizado. A desvalorização dos projetos educacionais voltados para crianças pequenas, pertencentes às famílias de trabalhadores, e a descontinuidade das políticas governamentais, traço persistente na história das políticas públicas brasileiras, apareceram como os principais motivos.

Com Faria Filho (1995), pudemos saber que essa desvalorização não era comungada pelos profissionais da educação do período. Evidenciaram-se os esforços das diretoras de grupos escolares, situados fora da órbita da região central de Belo Horizonte, para oferecer aos seus alunos as mesmas chances

de freqüentar os jardins de infância existentes, apenas disponíveis para as crianças de famílias privilegiadas. Reconhecia-se que essa freqüentação favorecia o sucesso escolar dos mais pobres, assim como se verificava com as crianças filhas das elites. Uma veemente defesa da Educação Infantil foi realizada por uma das diretoras da época, conforme registros encontrados por Faria Filho. Tais votos por parte de diretoras de grupos escolares são também conhecidos em outros momentos da história da Educação Infantil (Vieira, 2006), o que nos permite sugerir que a expansão das classes pré-primárias ou pré-escolares se deveu, em parte, aos esforços das direções dos estabelecimentos de ensino primário, sensibilizadas pela demanda das famílias e pelos resultados positivos apresentados pelos alunos que vinham dessa experiência escolar prévia. A Educação Infantil era visada, sobretudo, como uma etapa preparatória, notadamente para as crianças de origem popular/operária, cujas famílias não estariam disponíveis e bem preparadas para ensinar nem mesmo a educação doméstica.

Podemos classificar como parte do campo da história das instituições de Educação Infantil o trabalho de Mendoza (2001). A autora reconstitui a trajetória inicial da Associação Educativa Pés no Chão, uma escola cooperativa fundada em 1978, em Belo Horizonte, por iniciativa de um grupo de pais disposto a romper com o modelo educacional vigente e constituir para seus filhos uma escola fundada em princípios de cooperação, solidariedade, liberdade e no trato científico da Educação Infantil. Seu trabalho se inscreve na discussão dos movimentos alternativos de educação surgidos nas décadas de 1960/1970, no Brasil. Identificada com a Pedagogia Freinet, a escola enfatizou uma pedagogia da cooperação de valorização do trabalho socialmente útil e afetivamente significativo. Os resultados da pesquisa evidenciaram a atualidade pedagógica da proposta e a importância atribuída pelos ex-alunos àquelas vivências de liberdade e

cooperação tidas na primeira infância e vinculadas à sua passagem pela escola.

Novos temas começaram a surgir a partir da metade da década de 1990 e a partir de 2000, acompanhando o interesse crescente pelo “interior” das instituições infantis, pela *ação das crianças* e pelos *programas/projetos pedagógicos* visando à aprendizagem dos pequenos, colocando em evidência os desafios do *processo de alfabetização* antes da escola obrigatória. Trazendo tais problemáticas, situamos: Vilela (1995), Passos (1995), Oliveira (1994), Sant’Ana (2002), Panisset (2004), Neves (2005) e Goulart (2005).

Passos (1995) e Oliveira (1994) constataram, pesquisando pré-escolas públicas e privadas de Belo Horizonte, a predominância de uma concepção de pré-escola preparatória, cuja “preparação” se relaciona com uma idéia de moldagem da criança, pela obediência às normas, à formação de hábitos e atitudes. A concepção de alfabetização subjacente a tais práticas é resultante das teorias comportamentalistas, nas quais a criança é submetida a situações de treinamento por meio de repetições.

Nos últimos quatro trabalhos citados, *os pontos de vista das crianças* de 5/6 anos, são evidenciados, o que constitui em importante inovação na pesquisa sobre as instituições da pequena infância e as suas práticas no Brasil e em Minas Gerais.

Sant’ana (2002) discute o processo de formação da criança como sujeito social sob a perspectiva da psicologia social de George Herbert Mead (1863-1931), enfocando a dinâmica das interações nas salas de aula de uma pré-escola pública da cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, onde um grupo de crianças foi observado (quatro turmas) por 10 semanas, durante todo o horário letivo (4 horas e 20 por dia, ou seja, 21 horas e 40 minutos por semana). Dentre outras conclusões, observou contradições e ambigüidades vividas pelos professores diante das diferentes expectativas: as da família, as da futura escola que irá receber o aluno, as da criança que quer brincar.

Panisset (2004) realizou um estudo sobre os sentidos que as crianças pobres – de 4 e 5 anos –, em duas creches comunitárias de Belo Horizonte, constroem sobre sua experiência pedagógica e exercem sua autonomia em um contexto de constrangimentos e discriminações. A autora se apóia em uma abordagem socioconstrutivista e também utiliza as contribuições da teoria pedagógica de Dewey. Para conhecer o que as crianças pensavam sobre “o que” e “como” aprender e mais particularmente sobre como “aprender a aprender”, ela utilizou conversações, histórias e jogos. Ela também registrou, em vídeos, as atividades ditas pedagógicas (os “trabalhinhos”), os jogos, as “bagunças” e os “castigos”. Explorou o que as crianças consideravam mais importante na sua experiência na creche e os sentidos do “quem manda aqui” (ou quem é o responsável, quem se encarrega, quem dá as ordens). Constatou que as crianças fazem graves críticas à creche e considera que sua análise permitiu compreender: a) a maneira como a pedagogia empregada em determinado contexto parece tornar as crianças mal-educadas e/ou submissas, ao mesmo tempo em que elas criam, apesar disso, um espaço delas na creche; b) o complexo paradoxo entre uma ação ativa das crianças e uma passividade refletida nos seus relatos, nas suas falas.

Com base em uma abordagem etnográfica, compreendendo observação participante, filmagens, fotos do cotidiano e entrevistas com educadores e com crianças de uma creche comunitária de Belo Horizonte, Neves (2005) concluiu que as crianças se apropriavam da creche como um espaço de jogo e de aprendizagem, de amizade, de agressividade, de solidariedade, de obediência e de transgressão; um espaço no qual estão evidentes as relações de gênero, de raça, de classe social, de assistência social às classes populares, às quais as crianças têm consciência de pertencer. A pesquisa permitiu também algumas modificações na creche: a inclusão de projetos sobre diferenças étnicas

presentes na instituição e sobre novas maneiras de construir limites com as crianças (regras de disciplina).

Goulart (2005) realizou sua pesquisa em uma escola infantil pública da rede municipal de Belo Horizonte que possuía um projeto pedagógico consolidado e um quadro de professoras com nível superior de formação. Ela estudou a participação das crianças de 4 a 6 anos e de suas professoras nas atividades de exploração do mundo físico, realizadas na classe, apoiando-se nos aportes de uma sociologia da ação e em uma perspectiva histórico-cultural das aprendizagens e das interações. Utilizou filmagens em vídeo e entrevistas, fez intervenção pedagógica nas classes em questão, além de criar um grupo de estudos sobre a aprendizagem das ciências com as professoras e outros profissionais de Educação Infantil, sob a sigla APRECIEI. Goulart constatou que as crianças dessa idade são aptas a produzir conhecimentos sofisticados, desde que sejam engajadas em atividades significativas. Os resultados de sua pesquisa contrariam o senso comum e reforçam duas idéias. A primeira é que a aprendizagem se faz por meio de mudanças na prática social concreta. A outra é que a participação e a aprendizagem são geradas de maneira dialética por uma relação do indivíduo com a coletividade e da coletividade com os instrumentos da cultura. A autora concluiu sobre a importância de investir na elaboração de projetos pedagógicos e na formação de profissionais para alcançarmos uma Educação Infantil de qualidade.

Luz (2005), em tese de doutorado, tratou do tema da *agressividade das crianças* na creche e na família.

A *educação especial* é um tema ainda muito pouco explorado no contexto da Educação Infantil em Minas Gerais. Encontramos apenas a dissertação de Monteiro (2003). O seu objetivo foi explicitar as concepções de criança deficiente no discurso dos profissionais da Educação Infantil. Ela trabalhou isso utilizando a história de vida de 11 profissionais do Programa Municipi-

¹⁷ Cf. FERNANDES, M., 2002; MAIA, 2004; FERNANDES, V., 1997; SILVA, R., 1999; MARTINS, 2004; DEBORTOLI, 2004. Informamos, também, que acaba de ser publicado o livro *Brincar(es)*, pela editora UFMG, sobre o tema, que divulga os trabalhos e as reflexões apresentadas em um ciclo de debates realizado durante 2004, organizado pelo Fórum UFMG de Educação Infantil.

¹⁸ O autor acrescenta que, nas pesquisas que tratam da relação criança e televisão e as brincadeiras infantis, várias hipóteses sugeriam que, dentre outras coisas, a TV estaria ocupando cada vez mais o tempo da criança, em detrimento da realização de suas brincadeiras. Quando a TV é tratada como referência para as brincadeiras infantis, é tida como inibidora da criatividade da criança, incentivando-a ao consumo por meio dos brinquedos que anuncia, à brincadeira solitária e anti-social. Por outro lado, outros autores defendem a TV como referência para as brincadeiras das crianças que se apropriam de forma ativa dos elementos transmitidos pelo veículo, seja por meio do brinquedo que traz as imagens do desenho animado televisivo, seja pela apresentação de antigas brincadeiras tradicionais, ou mesmo pela ação da criança, que descobre nos produtos televisivos novas tramas para suas brincadeiras. Uma lacuna encontrada nas pesquisas diz respeito à ausência das vozes das crianças, aliada a uma análise sobre o seu brincar.

pal de Creches da cidade de Juiz de Fora-MG. Detectou a ausência de uma percepção da “criança como sujeito social, histórico e culturalmente constituído”. E, quanto à infância da criança deficiente, evidenciou “o sentido da negação de qualquer possibilidade de infância para a criança deficiente, negando de igual forma a possibilidade de a criança deficiente se constituir enquanto um sujeito interativo no mundo”.

A atenção dada ao tema do *brincar na Educação Infantil*¹⁷ é muito significativa, diante das seis referências encontradas. Fernandes (1999) pretendeu analisar as práticas do brincar em aulas de Educação Física, que ocorreram numa escola particular de Educação Infantil em Belo Horizonte. Constatou, com inquietação, a forma utilitarista como as brincadeiras são utilizadas na escola, muitas vezes a serviço de outra função ou atividade escolar, o que tem sido analisado pela literatura na área. Concluiu, em sua pesquisa, que a educação física na escola infantil é “um fazer por fazer”, não sendo objeto de reflexão e produção de sentidos para as crianças. Perde-se, assim, o aspecto formador das experiências lúdicas.

Em uma creche comunitária de Belo Horizonte e seguindo uma abordagem etnográfica, Rogério Silva (1999) pesquisou a maneira como a criança brinca com base no que ela vê na televisão e a maneira como os jogos/brincadeiras estão presentes no contexto da creche. Procurou escutar o que as crianças tinham a dizer sobre as brincadeiras que realizavam com base na TV e observou-lhes o brincar. A observação participante foi a estratégia utilizada para o registro de suas brincadeiras. Por meio de questionários aplicados às educadoras, ele identificou as emissões de TV mais vistas e as suas condições de recepção. Ele verificou as diferentes maneiras pelas quais as crianças de 6 anos se apropriam dos elementos televisivos, ressignificando-os em seus jogos e brincadeiras.¹⁸

Debortoli (2004) discute a presença e a importância do brincar na formação humana das crianças das famílias pobres no

contexto de uma creche comunitária de Belo Horizonte, baseando-se em entrevistas com as educadoras e observações de práticas de jogos corporais. Ele constatou que uma educação dos corpos das crianças era construída e vivida sob a justificativa da “importância do jogo/do brincar e do direito à infância”. No entanto, destaca a idéia de que a aprendizagem das crianças é vista como consequência imediata da disposição dos espaços e dos tempos, dando a impressão de se fazer abstração da presença do adulto/educador, com suas intenções e seus objetivos pedagógicos. Segundo esse contexto, a defesa do “brincar” é incorporada de maneira irrefletida e produz a idéia de que as crianças aprendem de maneira “natural e espontânea”. Isso expressa uma concepção abstrata e idealizada da criança como sujeito social e a ação de brincar, não sendo assimilada como prática cultural e social; tem uma história. O autor adverte que as práticas corporais não são isentas de signos ideológicos e que os processos de classificação e distribuição dos corpos no cotidiano da creche/pré-escola exercem controles sutis que as crianças e as professoras incorporam como maneiras “naturais” de organização e de expressão do ser.

Etnia e gênero são ainda temas pouco estudados. Destacamos os trabalhos de Antônio (1999), de Teixeira (2000) e, mais recentemente, o de Pereira (2007). Teixeira buscou identificar a constituição dos papéis masculinos e femininos e a conotação dos valores construídos em torno deles em uma escola pública de Educação Infantil, da cidade de Uberlândia, que divulgava uma proposição não sexista de educação. Numa pesquisa do tipo etnográfico, tendo como suporte teórico Margaret Mead e Bourdieu, a autora evidenciou a mobilidade de valores e papéis em um movimento de transgressão e de reprodução de papéis convencionais e a “eficácia desta escola na construção de novas identidades de gênero”.¹⁹

¹⁹ Não podemos deixar de mencionar o artigo de Afonso (1995) sobre mesmo tema, dada sua importância.

Pereira (2007) apresentou estudo inédito em dissertação sobre as ações e os significados construídos em torno da infância e da educação das crianças até 5 anos nas comunidades indígenas Xacriabá, com base em entrevistas e observações realizadas com pais, professores e lideranças nas aldeias do Barreiro Preto e da Rancharia, situadas no município de São João das Missões, em Minas Gerais. O estudo traz importantes apontamentos sobre como a educação sistemática da criança pequena é constituída no contexto de aldeias indígenas, no entrejogo de interesses políticos locais e na relação com a escola indígena de ensino fundamental.

O levantamento aqui realizado revela que o interesse pela educação da criança pequena em seus diferentes aspectos vem se ampliando, abrindo-se para novos temas e para maiores aprofundamentos e contribuindo para a construção do campo no País. Considerando que a formação de pesquisadores na área é recente, algumas lacunas também podem ser constatadas. Dentre outros temas que merecem atenção de novos estudos, apontamos os seguintes:

- financiamento da Educação Infantil, compreendendo o levantamento de gastos públicos, as relações entre os entes federados e com outros níveis de ensino, considerando também modalidades específicas de cooperação público/privado como é o caso dos convênios município/entidade social para oferta de Educação Infantil;
- pesquisas sobre as crianças até 3 anos, no contexto de creches (ator quase ausente nas pesquisas mencionadas neste trabalho);
- pesquisas mais amplas sobre o perfil, a organização do trabalho, as condições do exercício profissional dos professores das redes pública e privada de creches e pré-escolas;
- estudos históricos – das instituições, das políticas, do pensamento educacional – sobre um período compreendendo

- 1930, 1940, 1950 e 1960, e necessidade de aprofundamento dos períodos fundadores e os mais recentes.
- pesquisas sobre a Educação Infantil rural;
 - estudos sobre determinantes sociodemográficos da demanda por Educação Infantil, suas relações com a organização da família (sociologia da família), com os usos sociais dos serviços e sua relação com os programas pedagógicos ou currículos das instituições de Educação Infantil.

Não buscamos conhecer a maneira como os resultados das pesquisas são difundidos para os serviços públicos e privados e nem como são apropriados pelos sujeitos que fazem o cotidiano das instituições coletivas de Educação Infantil.

Observamos que a maioria das pesquisas apresentadas, que trataram do “interior” das instituições infantis, tomou as creches comunitárias de Belo Horizonte como terreno e suas educadoras como sujeitos. Os resultados encontrados são preocupantes em relação à qualidade da educação oferecida nesses contextos. A (não) formação das educadoras, a gestão dos equipamentos, freqüentemente confrontada com problemas advindos da insuficiência de recursos financeiros e materiais, assim como a existência de “ações pedagógicas” e de práticas de socialização não refletidas, são elementos do funcionamento dessas creches que os diagnósticos produzidos trouxeram à luz. Registra-se, também, a predominância de rotinas baseadas na prática de cuidados corporais e na alimentação, na higiene e na formação de hábitos.

Pesquisas sobre a infância na cultura em contextos de socialização mais amplos, tais como favelas, tribos indígenas ou em acampamentos do MST, foram também constatadas no nosso levantamento. Seus resultados constituem uma contribuição muito importante para compor um campo de conhecimentos sobre a infância e a Educação Infantil, trazendo implicações para as práticas pedagógicas em creches e pré-escolas.²⁰

²⁰ Cf. CUNHA, 1986; DIAS, 1986; RIBEIRO, 1989; GOUVEIA, 1990, 1997; MARIQUES, 1993; SILVA, 2000; RODRIGUES, 2002; CARDOSO, 2003; CARDOSO, 2004; MAIA, 2004; CORREIA, 2004; ALTERTHUM, 2005; LANSKY, 2006; CARVALHO, 2007.

Referências

- AFONSO, Lúcia M. Gênero e processo de socialização em creches comunitárias. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 93, p. 3-87, maio 1995.
- ALVARENGA, Josiane M. *A construção da educação infantil na capital mineira no início do século XX (1908-1914)*. 2005. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- ALTERTHUM, Camila C. *O encontro com crianças filhas de catadores de papel: socialização para uma creche e uma pesquisa “com a nossa cara”*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- ANDRADE, Gisele M.; LEONEL, Junia C.; SILVA, Maria C. V. *Memória histórica das creches comunitárias na região metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1983 (relatório de pesquisa).
- ANTÔNIO, Manuel. *Gênero e identidade racial de crianças negras e brancas na prática de uma professora de pré-escola*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- BICCAS, Maurilane S. *Creches comunitárias: como se constroem e se institucionalizam*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1995.
- CAMPOS, Maria M. A questão da creche: história de sua construção na cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 71, n. 169, p. 212-231, set.dez. 1990.
- CARDOSO, Frederico A. *A identidade de professores homens na docência com crianças: homens fora do lugar*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.
- CARDOSO, Nilton F. *A criança da Bolsa Escola: sujeitos, vivências e representações*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- CARVALHO, Aline A. M. *Escola maternal de Belo Horizonte: construções/desconstruções da Educação Infantil (1924/1926)*. Belo Horizonte: UFMG (Pedagogia/FAE), 2005. (monografia de graduação em Pedagogia – FAE/UFMG)
- CARVALHO, Alysson M. et al. (Org.). *Brincar(es)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- CARVALHO, Alysson M.; RICAS, Janete; MACHADO, Marília G. M. *Cuidado na primeira infância: a realidade encontrada em bolsões de pobreza de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: SMDS-PBH: UFMG, 2000.
- CARVALHO, Levindo D. *Imagens da infância: brincadeira, brinquedo e cultura*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

CORREIA, Luciana O. *Os filhos da luta pela terra: as crianças do MST. Significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social.* 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

COSTA, Maria da Conceição M. G. L. *Tecendo o urbano, fazendo-se gente e cidadão: Associação de Moradores e Movimento de Luta Pró-Creche (Cidade Industrial/BH, 1976-1986).* 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1995.

CUNHA, Maria Antonieta A. *Literatura infantil: a procura do leitor.* 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1986.

DALBEN, Angela *et al.* *Educação infantil em Belo Horizonte: o desafio da oferta pública.* Belo Horizonte: UFMG/Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais, 2002. (Relatório final de pesquisa financiada pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte)

DEBORTOLI, José Alfredo O. *Infâncias na creche: corpo e memória nas práticas e discursos na educação infantil: um estudo de caso em Belo Horizonte.* 2004. Tese (Doutorado em Educação) – PUC/Educação, Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, Regina C.; FARIA FILHO, Luciano M. *Que creche é esta? A realidade das creches comunitárias da periferia da região metropolitana de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: AMEPPE, 1990 (Série Educação Popular, cad. 6 – relatório de pesquisa)

DIAS, Regina C. *A experiência do Movimento de Luta Pró-Creche e das creches comunitárias da região metropolitana de Belo Horizonte.* In: MAGALHÃES, A. R.; GARCIA, W. (Org.). *Infância e desenvolvimento: desafios e propostas.* Brasília: Ipea, 1993.

DIAS, Regina C. *O Movimento de Luta Pró-Creche de Belo Horizonte: a prática social de mulheres na construção de identidades e de uma nova cidadania.* 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1995.

DIAS, Selma A. P. W. *A visão do mundo do pivete mostrada nos livros de literatura infanto-juvenil brasileira no período de 1975 a 1985.* 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1986.

FARIA FILHO, Luciano M. *Educar, instruir e civilizar: contribuição à história da educação infantil em Minas Gerais.* Brasília: INEP, 1995.

FARIA FILHO, Luciano M. et al. *História da educação em Minas Gerais: pequeno balanço e algumas perspectivas de pesquisa.* In: GONDRA, José G. (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FARIA FILHO, Luciano M.; DIAS, Regina C. *A experiência do Movimento de Luta Pró-Creche e das creches comunitárias da região metropolitana de Belo Horizonte.* In: MAGALHÃES, A. R.; GARCIA, W. (Org.). *Infância e desenvolvimento: desafios e propostas.* Brasília: Ipea, 1993.

FERNANDES, Mauro C. *Procurando um lugar para o brincar na educação física na educação infantil: reflexões a partir da análise de uma turma de 3º período.* 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC/Educação, Belo Horizonte, 2002.

FERNANDES, Vera L. C. *Brincadeira é coisa séria: possibilidades de vivência lúdica na escola infantil numa abordagem histórica, filosófica, psicológica e metodológica*. 1997. Monografia (Especialização em Lazer) – Faculdade de Educação Física da UFMG, Belo Horizonte, 1997.

FERREIRA, Alexia L. *Educação infantil: direito da criança, dever do Estado e opção da família, a experiência do município de Belo Horizonte*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002.

FILGUEIRAS, C. A creche comunitária na nebulosa da pobreza. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 88, p. 18-29, fev. 1994.

FILGUEIRAS, Cristina A. C. *Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres do bairro Industrial*. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1986.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. *Les défis des droits sociaux: organisations populaires et politiques sociales au Brésil dans les années 1978-1988. Études de cas à Belo Horizonte*. 1992 (Doctorat en Sociologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1992.

GEBARA, Tânia A. A. *Processos de inclusão social: um estudo a partir das vivências das educadoras infantis de associações comunitárias rurais do Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

GOULART, Maria Inês M. *A exploração do mundo físico pela criança: participação e aprendizagem*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

GOUVEIA, Maria Cristina S. *Anjos sobre a cidade: a criança da favela em seu mundo de cultura*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1990.

GOUVEIA, Maria Cristina S. *O mundo da criança: a construção da infância na literatura*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1997.

LANSKY, Samy. *Praça Jerimun: cultura infantil no espaço público*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LUZ, Iza R. *Agressividade na primeira infância: um estudo a partir das relações estabelecidas pelas crianças no ambiente familiar e na creche*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

MACHADO, Marília G. M. *Como ficam nossas crianças? Os arranjos de cuidados alternativos à creche e seu impacto no desenvolvimento das crianças de zero a seis anos*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, 2000.

MAIA, Soraia G. *Biblioteca pública: espaço de mediação entre a criança e a cultura escrita*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

MAIA, Viviane. *A identidade lúdica dos jogos e das brincadeiras na educação infantil enquanto meio de socialização de criança*. 2004. Monografia

- (Especialização em Lazer) – Faculdade de Educação Física da UFMG, Belo Horizonte, 2004.
- MARQUES, Walter E. U. *Produção social da criança e do adolescente marginalizado*. 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, 1993.
- MARTINS, Elizabeth M. *O brincar na creche: linguagem, desenvolvimento e prática social construída na interação*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, 2004.
- MENDOZA, Alzira M. Q. *Associação Educativa Pés no Chão: trajetória inicial de uma proposta pedagógica de trabalho cooperativo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC/Educação, Belo Horizonte, 2001.
- MIRANDA, Shirley A. *O Movimento de constituição da rede municipal de ensino de Belo Horizonte (1897-1992): progressivo avanço do direito à educação*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- MONTEIRO, Sandrelena da Silva. *(Re)descobrir a(s) infância(s)*. Juiz de Fora/MG: UFJF/Educação, 2003.
- NEVES, Vanessa F. A. *Encontros e desencontros: a creche como lugar de apropriação da cultura pela criança como sujeito social*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- OLIVEIRA, Yolanda D. *Concepções que permeiam a prática na pré-escola: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1994.
- PANISSET, Maria Letícia M. *^aria Leti Price, Chairhe Unito use levels 2, 3, 4 and 5th,m: Chapter 1, chapter 2, etc.dented, lower case, period at the endLiving and learning in two creches in Brazil: understanding economically-poor young children's meanings of pedagogy*. 2004. (Doctor of Philosophy) – University of Maryland/Department of Curriculum and Instruction, Maryland/USA, 2004.
- PASSOS, Selma G. D. *A prática da alfabetização na pré-escola particular e pública*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1995.
- PEDROSO, Ana Paula F. *Memória e situação atual das escolas infantis da rede estadual de ensino em Belo Horizonte: um estudo exploratório*. 1999. Monografia (PET-Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- PEIXOTO, Ana M. C. A educação mineira na história: notas para um inventário. In: LOPES, Ana A. B. de M.; GONÇALVES, Irlen G.; FARIA FILHO, Luciano M.; XAVIER, M. C. (Orgs). *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.
- RIBEIRO, Tâmara B. *Fragmentos da vida cotidiana: um estudo fílmico sobre a criança rural*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1989.
- ROCHA, Eloísa C. *et al.* Educação infantil (1983-1996). Brasília: INEP (Série Estado do Conhecimento n. 2), 2001.

- RODRIGUES, Vânia R. *Condições e processos de crianças moradoras de rua*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, n. 51, p. 73-79, nov. 1984.
- SANT'ANA, Ruth Bernardes de. *Experiências formativas em pré-escola: sob a perspectiva da psicologia social de G. H. Mead*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC/Psicologia Social, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Cláudia O. *A formação do docente em educação infantil como direito social*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- SILVA, Isa T. R. *O processo de constituição de políticas públicas de educação infantil em Belo Horizonte: 1993-2000*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- SILVA, Isabel O. *Identidade profissional e escolarização de educadoras de creches comunitárias: histórias de vida e produção de sentidos*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- SILVA, Isabel O. *Profissionais de creche no coração da cidade: a luta pelo reconhecimento profissional em Belo Horizonte*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.
- SILVA, Rogério Correia. *A televisão sob o olhar da criança que brinca: a presença da televisão nas brincadeiras de crianças de uma creche comunitária*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- SILVA, Zanilda T. G. *Nos bastidores do teatro infantil: estudo de uma produção cultural para crianças*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2000.
- SOUZA, Ana M. C. *Educação e cuidado no atendimento infantil: uma proposta de gestão municipal comprometida com a criança*. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- TEIXEIRA, Flávia B. *Meninas e meninos na educação infantil: uma aquarela de possibilidades*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.
- UFMG, CEDEPLAR. *Demanda por atendimento educacional à população menor de oito anos de idade em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG: PBH, 1999. (relatório de pesquisa).
- VEIGA, Márcia M. *O Movimento de Luta Pró-Creches e a política de educação infantil em Belo Horizonte*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- VEIGA, Márcia M. *Creches e políticas sociais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2005.
- VIEIRA, Lívia M. F.; MELO, Regina L. C. *Creches e pré-escolas na região metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 1983 (relatório de pesquisa financiada pelo CNPq).

VIEIRA, Lívia M. F.; MELO, Regina L.C. *Creche comunitária "Casinha da Vovó": uma análise micropolítica da prática educativa*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 1984 (relatório de pesquisa, financiada pelo INEP).

VIEIRA, Lívia M. F.; MELO, Regina L. C. *Creche comunitária "Casinha da Vovó": prática de manutenção/prática de educação*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 162, 1986.

VIEIRA, Lívia M. F. *A pré-escola em Belo Horizonte: notas de pesquisa*. In: _____. *Políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente em Minas Gerais*. Caderno 8. Belo Horizonte: AMEPPE, 1993.

VIEIRA, Lívia M. F. *Educação infantil no município de Belo Horizonte: histórico e situação atual*. 1998. (relatório de pesquisa).

VIEIRA, Lívia M. F. *Educação infantil em Minas Gerais: o regime de colaboração e o desafio de políticas municipais*. In: CARVALHO, Alysson *et al.* (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

VIEIRA, Lívia M. F. *Education de la petite enfance dans la législation éducationnelle brésilienne du XXe siècle: approche historique de l'Etat de Minas Gerais (1908-2000)*. 2006. Tese (Doutorado) – Université René Descartes – Paris 5 (Sciences Humaines), Paris, 2006.

VILELA, Célia M. F. *Avaliação das concepções de escrita de crianças da pré-escola da rede municipal de ensino de Poços de Caldas (MG)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas-SP, 1995.

Resumo

AS PESQUISAS NA UNIVERSIDADE SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MINAS GERAIS (1983-2007)

Sem ser exaustivo, este trabalho busca construir um estado do conhecimento na área, com base nas monografias, nas dissertações, nas teses e nos relatórios de pesquisa que tomam como objeto o contexto de Minas Gerais, municípios e instituições infantis específicas, realizadas no período de 1983 a 2007, totalizando 47 referências. Mostra-se que o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG é responsável pela orientação da quase-totalidade das pesquisas realizadas, cuja produção privilegia o tema do movimento social e das políticas públicas em Belo Horizonte, somando-se ao aumento de trabalhos que enfocam o brincar, as práticas e concepções pedagógicas, a aprendizagem nas instituições de Educação Infantil. Algumas lacunas são também apontadas.

Palavras-chave: Educação infantil; Pesquisa; Minas Gerais

**UNIVERSITY RESEARCH ON PRIMARY EDUCATION IN MINAS
GERAIS (1983-2007)**

Abstract

Without being exhaustive, this work makes an attempt to build knowledge on the field based on the papers, dissertations, theses and research reports that covered the setting of Minas Gerais, including its municipalities and specific primary education institutions, which were carried out in the period between 1983 and 2007, by totaling 47 references. It is showed that the Program of Post-Graduation in Education of UFMG is responsible for providing orientation on nearly all research works conducted, whose production privileges the theme "social movement and public policies in Belo Horizonte". Besides that, there has been an increasing number of works that focus on playing, pedagogical practices and conceptions, as well as learning within Primary Education institutions. Some gaps have also been pointed out.

Key words: Primary Education; Research; Minas Gerais.

Résumé

LES RECHERCHES UNIVERSITAIRES SUR L'ÉDUCATION INFANTILE DANS L'ÉTAT DU MINAS GERAIS (1983-2007)

L'article cherche à faire l'état des lieux des connaissances dans le domaine de l'éducation infantile. Pour ce faire, on a considéré les mémoires, les thèses universitaires et les rapports de recherches se rapportant aux travaux développés dans l'État du Minas Gerais, c'est-à-dire dans ses villes et dans ses établissements d'éducation infantile. La période ciblée est celle qui va de 1983 à 2007 et l'article présente 47 références en la matière. Le texte démontre que le « Programme de Postgraduation en Éducation » de l'UFMG est responsable de l'orientation de la majeure partie des recherches dont les productions privilégient le mouvement social et les politiques publiques de la ville de Belo Horizonte. Cette orientation concerne également les travaux qui comprennent les jeux, les pratiques et les conceptions pédagogiques ainsi que l'apprentissage dans les institutions d'Éducation Infantile. Quelques lacunes y sont également indiquées.

Mots-clés: *Éducation Infantile; Recherche; Minas Gerais*